

■ Ciência política

Brasil e Argentina

O início do século XXI é testemunha da ascensão ao poder de novos governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, que apresentam pelo menos duas características em comum: o questionamento das políticas e reformas pró-mercado ocorridas na década anterior e a volta do Estado como ator central da vida econômica, de acordo com o artigo “Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner”, de Javier A. Vadell, da Universidade Estadual de Campinas, e Bárbara Lamas e Daniela M. de F. Ribeiro, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. A despeito desse ponto em comum, uma análise mais aprofundada permitiu aos autores



do estudo perceber certa heterogeneidade de natureza programática e organizacional dos novos governos progressistas. Nesse sentido, o artigo propõe analisar as respostas dadas por

Argentina e Brasil à crise do neoliberalismo, dando especial ênfase às políticas econômicas para o desenvolvimento e suas implicações para a integração regional. Essa análise mais sistemática permitiu perceber, segundo os pesquisadores, que o Brasil e a Argentina têm feito escolhas distintas no que diz respeito ao tipo de política adotada. O primeiro, dizem eles, recorre a práticas mais ortodoxas, como políticas monetárias restritivas para conter as expectativas de inflação, enquanto o segundo prefere medidas heterodoxas, como controle de preços e restrição às exportações. Para os autores, em certa medida, a diferença entre as escolhas pode ser atribuída à própria trajetória econômica e política de ambos os países: as reformas pró-mercado, por exemplo, foram mais intensas na Argentina do que no Brasil, o que implicou, no que diz respeito à estrutura produtiva, uma maior desindustrialização e a extinção de algumas instituições desenvolvimentistas.

REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA – VOL. 17 – Nº 33 – CURITIBA – JUN. 2009

■ Educação superior

Avaliação e recompensa

As práticas de publicação, os sistemas de avaliação e recompensa, a construção das agendas de pesquisa, os mecanismos de proteção e comercialização, a defasagem de infraestrutura e a escassez histórica de recursos humanos qualificados e dedicados ao ensino e à pesquisa são apenas alguns dos inúmeros aspectos que provocam as transformações internas atualmente vividas pela universidade. O artigo “Benefícios e riscos da proteção e comercialização da pesquisa acadêmica: uma discussão necessária”, de Rodrigo Maia de Oliveira e Léa Velho, da Universidade Estadual de Campinas, tem como foco principal a análise do impacto do processo de proteção e comercialização dos resultados da pesquisa acadêmica sobre as demais atividades tradicionalmente conduzidas pela universidade. Ainda que a visão mais otimista valorize os impactos positivos dos direitos de propriedade intelectual na academia, não se podem ignorar os eventuais custos ou riscos envolvidos nesse processo. O artigo sugere novos estudos que podem contribuir para o acompanhamento e avaliação das universidades brasileiras e para a elaboração de políticas de ciência e tecnologia e de educação superior.

ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO – VOL. 17 – Nº 62 – RIO DE JANEIRO – JAN./MAR. 2009

■ História

Anísio Teixeira

A trajetória intelectual e social do educador Anísio Teixeira é estudada no artigo “Trajetória de herdeiro entre dois projetos políticos”, de Agueda Bernardete Bittencourt, da Universidade Estadual de Campinas, considerando suas origens geográficas na Bahia – estado politicamente periférico em relação a outros da federação brasileira situados no Sudeste e Sul –, bem como suas origens sociais, que não o predestinavam a jogar um papel de primeiro plano na cena nacional, muito menos antes de completar 40 anos. Documentos com registros de suas viagens internacionais permite aqui a análise dos momentos-chave de suas primeiras coletas de informações sobre o tema da educação e o uso que fez dos seus contatos com intelectuais e políticos em instituições de ponta na Europa e Estados Unidos, visando ao desenho de um projeto brasileiro de

educação num momento de transição política, ou seja, o período de 1925 a 1934. Com ênfase nos encontros de Anísio Teixeira com intelectuais fascistas na Itália e França e com os proponentes da educação democrática nos Estados Unidos, o artigo mostra também como essas viagens permitiram a redefinição da carreira em função de bloqueio dado pela Revolução de 30 ao destino que a educação familiar lhe projetara. Aproximações e articulações do grupo baiano com intelectuais paulistas na capital da República encarregaram-se de reposicionar o herdeiro em sua trajetória de homem político.



FAPESP

EDUCAÇÃO E PESQUISA – VOL. 35 – Nº 1 – SÃO PAULO – JAN./ABR. 2009

■ Arquitetura

Efeitos do 11 de Setembro

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 aceleraram o desenvolvimento de uma arquitetura transnacional de segurança que intervém profundamente nas liberdades civis individuais, tanto nos direitos básicos dos cidadãos dos Estados como nos direitos humanos dos cidadãos mundiais. O artigo “Os cidadãos mundiais entre a liberdade e a segurança”, de Klaus Günther, da Universidade J. W. Goethe, Alemanha, delinea essa arquitetura, mostra como ela dissolve as categorias jurídicas tradicionais que preservam a liberdade e discute por que hoje se aceita amplamente a prioridade da segurança sobre a liberdade.

NOVOS ESTUDOS – CEBRAP – Nº 83 – SÃO PAULO – MAR. 2009

■ Saúde pública

Hidrelétricas e malária

Em Rondônia prevê-se a construção de mais duas usinas hidrelétricas (UHE) no rio Madeira, a montante da cidade de Porto Velho, Rondônia, Brasil (de Santo Antônio e Jirau). O objetivo do trabalho “Malária e aspectos hematológicos em moradores da área de influência dos futuros reservatórios das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, Rondônia, Brasil” foi analisar a prevalência da malária antes do início da implantação das obras civis e fazer considerações sobre os impactos da doença com o ingresso de milhares de trabalhadores e agregados atraídos pelas oportunidades de emprego e comércio. Os resultados obtidos mostram que a malária se faz presente em toda a região, em variados graus de prevalência. Além disso, a existência de potenciais portadores assintomáticos de malária entre a população nativa pode ter relevância epidemiológica e

deve ser considerada nos programas de controle da malária, vinda tanto das autoridades públicas quanto das empresas responsáveis pela instalação das UHE, visando ao diagnóstico e tratamento precoce, controle vetorial, abastecimento de água e aplicação de infraestrutura nos centros urbanos. Os autores do artigo são Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Tony Hiroshi Katsuragawa, Daniele Cristina Apoluceno de Souza, Luiz Herman Soares Gil e Rafael Bastos Cruz, do Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais, Porto Velho, Mauro Shugiro Tada, do Centro de Pesquisa em Medicina Tropical, Porto Velho, Alexandre de Almeida e Silva, da Universidade Federal de Rondônia, e Roberto Penna de Almeida Cunha (falecido).

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA – VOL. 25 – Nº 7 – RIO DE JANEIRO – JUL. 2009

■ Pediatria

Remédios para crianças

A razão do estudo “Carência de preparações medicamentosas para uso em crianças no Brasil”, de Patrícia Quirino da Costa, Luis C. Rey e Helena Lutésia L. Coelho, da Universidade Federal do Ceará, foi identificar medicamentos que apresentam dificuldades para seu uso pediátrico no Brasil. Foram estudados de modo descritivo a composição de uma listagem nacional de medicamentos não licenciados ou não padronizados para uso em crianças (medicamentos problema em pediatria, MPP), através de revisão bibliográfica, comparação com fontes do mercado farmacêutico brasileiro e inquérito com pediatras. Os medicamentos foram codificados pela classificação anatômica, terapêutica e química e analisados quanto ao licenciamento no país e indicação em pediatria. Foram identificados na literatura 126 MPP e excluídos 24 não referidos nas fontes nacionais investigadas. A listagem foi complementada com 24 outros medicamentos referidos pelos pediatras. Do total de 126 MPP, 23 não tinham registro no país para o uso em crianças e 24 dos 103 licenciados apresentavam restrições de faixa etária. A lista envolveu 42 grupos terapêuticos e 68 subgrupos. Os grupos com maior número de MPP foram os antibacterianos de uso sistêmico (15), antiepiléticos (8), antiasmáticos (7) e analgésicos (7). Os problemas mais frequentes foram: dosagem inapropriada (43), forma farmacêutica inadequada (35), não licenciamento para uso pediátrico (28), restrições de faixa etária (23). A carência de medicamentos desenvolvidos para uso em crianças envolve ampla gama de produtos clinicamente importantes. Algumas dessas formulações e dosagens já comercializadas em outros países não são disponibilizadas no mercado brasileiro sem nenhuma justificativa plausível.

JORNAL DE PEDIATRIA – VOL. 85 – Nº 3 – PORTO ALEGRE – MAIO/JUN. 2009

> O link para a íntegra dos artigos citados nestas páginas estão disponíveis no site de Pesquisa FAPESP, www.revistapesquisa.fapesp.br